

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS ANUAIS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA B3

FLÁVIO RIBEIRO

ADEMIR CLEMENTE

NÚBBIA MENDONÇA OLIVEIRA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OTÁVIO AUGUSTO DE PAULA DA SILVA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS ANUAIS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PARTICIPANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA B3.

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o conteúdo da divulgação ambiental das empresas industriais participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial no período de 2009 a 2016, tomando como base a perspectiva da teoria dos *stakeholders*. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com análise quali-quantitativa de dados secundários, efetuando análise por meio de instrumentos estatísticos. A coleta de dados ocorreu a partir do *site* institucional de cada organização para a obtenção dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade, com vistas à análise de conteúdo. Os relatórios passaram por análise de texto da qual resultou um inventário das palavras relacionadas ao conceito de sustentabilidade. A análise de conteúdo segue, em linhas gerais, a metodologia originalmente proposta por Laurence Bardin (1977). Os resultados indicam que as empresas analisadas possuem grandes semelhanças no que diz respeito ao conteúdo divulgado nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade. Tais semelhanças ocorrem a despeito de as empresas atuarem em segmentos industriais distintos (petroquímica, alimentícia, madeireira, papel e celulose e produtos de uso pessoal) e advêm, provavelmente, de uma percepção homogênea quanto aos segmentos interessados na informação, os quais seriam em número reduzido.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. ISE. Meio Ambiente.

1. INTRODUÇÃO

A perspectiva dos *shareholders* (FRIEDMAN, 1970) e a perspectiva dos *stakeholders* (LEVITT, 1958; CARROLL, 1979; FREEMAN, 1984) são as duas principais teorias que fundamentam os estudos sobre o papel das organizações na sociedade. Pela ótica do *shareholders* visa a maximização do valor aos acionistas, por outro lado, a perspectiva dos *stakeholders* aponta a organização como agentes conscientes que contribuem para o desenvolvimento sustentável da comunidade na qual fazem parte, bem como a salvaguarda dos recursos naturais para as próximas gerações.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) representa atualmente para as organizações um instrumento estratégico e preponderante para a legitimação das práticas e políticas de gestão utilizadas pelas empresas perante a sociedade. Desenvolvida conceitualmente, por diversas teorias, dentre elas: a teoria dos acionistas ou sob a perspectiva dos *Shareholders*, que surgiu em decorrência da evolução do capitalismo, na qual defende a maximização do valor dos acionistas, desenvolvida por Friedman (1970), e posteriormente por Friedman e Friedman (1977); e a teoria dos *stakeholders* defendida por Levitt (1958), Carroll (1979) e Freeman (1984) que evidencia a responsabilidade social das organizações, ante a demanda de um grupo maior do que somente seus acionistas, adicionando para isso, os seus clientes, fornecedores, entidades governamentais, empregados entre outros agentes econômicos que possuam de alguma forma ligações com a empresa.

Para Gray, Bebbington e Walters (1993) os investimentos realizados pelas empresas no contexto socioambiental não é mais um diferencial, mas sim uma obrigação do ponto de vista do agente econômico social e consciente. Observa-se que com a integração dos mercados em nível mundial e o aumento da competitividade entre as empresas, a sociedade tende a privilegiar as organizações que possuem estratégias de gestão voltadas à proteção dos seus interesses, especialmente a preservação ambiental.

De acordo com Griffin e Mahon (1997), desde a década de 1970, a teoria dos *Stakeholders* tem sido foco de inúmeros estudos empíricos orientados a verificar se existe relação entre as práticas e políticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas com o seu desempenho financeiro. Dentre os trabalhos desenvolvidos, tanto nacionais como internacionais, os resultados têm sido diversos e bastante contestados e até contraditórios. Brito (2005), após efetuar uma compilação sobre a associação entre desempenho ambiental e financeiro, constatou que os resultados não eram conclusivos, encontrando correlações positivas, nulas e negativas, de acordo com o contexto, amostra e metodologia utilizada. Alguns autores, afirmam que as motivações econômico-financeiras para a incorporação da sustentabilidade nas atividades das organizações dependem do contexto da firma, do setor e especialmente, do país (STEGER, 2004; REED, 2001).

Conforme Epstein (2003) a integração dos aspectos sociais e ambientais nas empresas, se dará quando os gestores encontrarem uma justificativa de negócios para o bom desempenho socioambiental, apesar de que algumas seguem a vertente "kantiana", por acreditar que seja "a coisa certa a fazer", agindo de forma responsável simplesmente. Para Wajnberg (2008), a justificativa "kantiana" fica vulnerável às mudanças organizacionais, ciclos financeiros e de prioridades das empresas, tornando difícil a implantação de projetos socioambientais nas organizações.

Porém, de acordo com López, Garcia e Rodriguez (2007), atualmente o sucesso das organizações é definido pela integração de conceitos como qualidade gerencial, administração do meio ambiente, reputação da marca, lealdade dos consumidores, ética corporativa e retenção de talentos.

Nesse contexto, admite-se com base nessas constatações a seguinte questão de pesquisa: *Qual o conteúdo da divulgação ambiental das empresas industriais pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*? Assim, o objetivo deste estudo é analisar o conteúdo da divulgação ambiental das empresas industriais participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial no período de 2009 a 2016, tomando como base a perspectiva da teoria dos *stakeholders*. Para atingir o propósito deste estudo, efetuou-se a busca por palavras-chave associadas com o conceito de sustentabilidade no Relatório Anual de Sustentabilidade das empresas.

O estudo ajuda a preencher lacunas relacionadas ao entendimento de aspectos ambientais que se refletem no processo de divulgação organizacional. Especificamente, quando se consideram as empresas do segmento industrial pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial, não foram encontrados estudos que tratassem estritamente do tema, o que apresenta uma possibilidade profícua de inserir esta temática na discussão teórica e, consequentemente, na verificação empírica entre os atores no campo das finanças empresariais.

O artigo está organizado da seguinte forma, inicialmente apresenta os aspectos introdutórios da temática abordada, posteriormente o referencial teórico-empírico utilizado, a seguir a construção da metodologia, seguida pela análise dos resultados e conclusões.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria dos stakeholders

A teoria dos *stakeholders* constitui-se no conjunto de abordagens éticas ou normativas que se destacam por motivos diversos, admitindo a importância dos *stakeholders* no desenvolvimento de qualquer entidade empresarial. Indicada por Gray, Owen e Adams (1996), como uma teoria cujo objetivo é determinado através da abordagem sistêmica de todos os elementos que constituem uma organização, incluindo assim o seu ambiente interno e externo, e reconhecendo a natureza dinâmica e complexa da influência mútua entre eles.

Para Cintra e Martins (2009), não obstante, a teoria dos *stakeholders* permite o entendimento das entidades empresariais de que o incentivo ao atendimento das expectativas dos *stakeholders* justifica-se pelo fato de a empresa comportar-se como agente consciente orientado pela moral e princípios éticos, assumindo de certa forma a visão kantiana, de que o cumprimento das expectativas dos *stakeholders* é a coisa certa a fazer. Campbell (2007) afirma que ela examina quando e porque as organizações atendem aos interesses dos seus *stakeholders*, sem levar em consideração os interesses organizacionais.

A palavra *stakeholders* foi utilizada pela primeira vez em 1963 no memorando interno da *Stanford Research Institute* (SRI), referindo-se inicialmente a todos os grupos sem os quais a empresa deixaria de existir (SILVEIRA; BORBA; YOSHINAGA, 2005). Para Freeman (1984), os gestores, para alcançar os objetivos organizacionais, necessitam entender as reais necessidades dos *stakeholders*, grupo este definido pelo autor como qualquer indivíduo que afeta ou é afetado direta ou indiretamente pelo alcance dos objetivos da empresa. Por outro lado, Jensen (2001), contrário à definição de Freeman (1984), admite certa confusão na sua interpretação, pois, consideraria o meio ambiente, os terroristas e criminosos como *stakeholders*, por estes poderem substancialmente afetar ou serem afetados pelo bem-estar da empresa.

Donaldson e Preston (1995) entendem que exista uma multiplicidade de definições de *stakeholders*, que varia de acordo com a abrangência de cada um. Segmentando assim, de um lado definições muito abrangentes, como: *stakeholders* é qualquer ator (pessoa, grupo, entidade) que tenha uma relação ou interesses (diretos ou indiretos) com ou na organização. De outro lado, definições restritas como: *stakeholders* primários são atores (ou categorias de atores tais como empregados, gerentes, fornecedores, proprietários/acionistas e clientes), portadores de interesses e expectativas em relação à organização, sem os quais não haveria a organização (SILVEIRA; YOSHINAGA; BORBA, 2005).

Segundo Silveira, Yoshinaga e Borba (2005), a teoria dos *stakeholders* surgiu na sociologia, a partir do estudo e análise do comportamento organizacional e na política de interesses de grupos específicos, definida como a formulação e implementação, pelos administradores, de processos que satisfaçam todos os grupos que tenham interesses em jogo na empresa. Tendo como principal tarefa nesse processo a gestão e integração dos relacionamentos e interesses de acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos, assegurando o sucesso da empresa a longo do tempo (FREEMAN; MCVEA, 2000).

Para López, Garcia e Rodriguez (2007), a teoria dos stakeholders acaba sendo um contraponto à teoria econômica clássica, pois, busca o desenvolvimento de práticas corporativas que, para além, de incluir metas que visam à maximização dos interesses dos acionistas, incorporam a perspectiva de satisfação dos stakeholders. Lembrando que, a satisfação destes representa o ganho consequente das organizações.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC), assim como a teoria dos *stakeholders*, vem pregando a preocupação e atenção das entidades empresariais relacionadas a questões sociais e ambientais, o que pode resultar em desempenho econômico superior e criação de valor no longo prazo (GARRIGA; MELÉ, 2004). Apesar disso, a maior dificuldade para a concretização desta meta nas organizações é conciliar a visão dos *shareholders* (acionistas), apontados como possuidores de interesses específicos, e algumas vezes conflitantes, com a perspectiva dos *stakeholders* no alcance dos objetivos das organizações (CINTRA; MARTINS, 2009).

2.2 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

O termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC) vem sendo conceituado e explorado por décadas, desde 1930, tendo marco importante no ano de 1953 com a publicação

do livro intitulado *Social Responsabilities of the Businessman*, de autoria de Howard R. Bowen (CARROLL, 1979). Os estudos relativos à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) oscilam entre dois extremos, o primeiro se reduz a responsabilidade de consecução de benefícios (máximos) para os acionistas, destacada por Friedman (1970), enquanto o segundo amplia essa responsabilidade numa gama de agentes com os qual a empresa se relaciona de forma geral na sociedade, isto é, os empregados, fornecedores, clientes, grupo de interesses, sindicatos, concorrentes, entidades governamentais e outros participantes (ARGANDOÑA, 1998).

Assim, dentre os vários conceitos sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC), constata-se que a maior parte deles define como o conjunto de práticas voluntárias que as empresas exercem com o objetivo de promover melhorias nas condições sociais e ambientais do meio do qual a empresa encontra-se, respondendo não somente aos anseios de valorização da empresa como também sobre a vertente técnica e de requisitos legais a fim de beneficiar as populações com a melhoria dos aspectos sociais e ambientais (CARROL, 1979; CAMPBELL, 2007).

O processo de mudança de gestão e de evolução da função social dos negócios, de acordo com Gray (2002) foi considerado nos anos 1990, como o marco de uma "Nova Organização", em que o diálogo e a troca dinâmica com os *stakeholders* são recorrentes. Segundo Tinoco e Kraemer (2004), este processo é predefinido, efetuando mudanças, sobretudo, na estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades.

2.3 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (*IFC*), braço financeiro do Banco Mundial. Seu desenho metodológico é de responsabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Criado com objetivo de proporcionar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade e estimular a responsabilidade ética das organizações (B3, 2018).

A proposta inicial era expor o progresso do Índice no tempo e frisar os principais fatos do período. Porém, sua proposta foi, com o passar do tempo, ajustada para se manter em constante evolução, proporcionando condição de inserir novos fatos. Considerado como uma ferramenta de análise comparativa de desempenho das empresas listadas na B3, o ISE reflete o aspecto de sustentabilidade corporativa, com base em equilíbrio ambiental, eficiência econômica, justiça social e governança corporativa (FGV-EAESP, 2015).

O Índice remete ao entendimento sobre organizações e grupos envolvidos com a sustentabilidade, distinguindo-os em termos de qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, transparência e prestação de contas e natureza do produto, diferenciando-os quanto ao desempenho empresarial nas dimensões econômica, financeira e social (B3, 2018).

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

O estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa descritiva com análise qualiquantitativa de dados secundários, efetuando sua análise por meio de instrumentos estatísticos e buscando descrever qual o conteúdo da divulgação ambiental das empresas industriais pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial. De acordo Gil (2002), a pesquisa também possui características histórico-bibliográfica, documental e empírica, uma vez que tem como base contribuições de documentos (Relatório Anual de Sustentabilidade).

3.2 População, amostra e coleta dos dados

A população da presente pesquisa compreende as organizações de capital aberto listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A amostra da pesquisa restringiu-se às organizações industriais que pertencem ao ISE no período de 2009 a 2016.

A escolha das organizações foi realizada por meio de pesquisa no *site* da B3, selecionando 49 empresas inseridas no ISE entre os períodos de 2009 a 2016. Destas, foram retiradas instituições financeiras, lojas de departamentos e telefonia, restando 33 organizações. Tendo como critério de seleção as empresas que compuseram o ISE durante os 8 anos desde a sua criação, remanesceram apenas 11 (onze). Dessas foram excluídas as empresas de energia elétrica por estarem sujeitas a legislação e regulamentação específicas.

A amostra final foi definida por 5 empresas nos segmentos da indústria petroquímica, alimentícia, madeireira, papel e celulose e produtos de uso pessoal, que apresentaram o Relatório Anual de Sustentabilidade para todos os anos no período.

Foi utilizado o *site* institucional de cada organização para a obtenção dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade com vistas à análise de conteúdo. Os relatórios passaram por análise de texto, pela sistematização do conteúdo e da qual resultou um inventário das palavras relacionadas ao conceito de sustentabilidade. A análise de conteúdo segue, em linhas gerais, a metodologia originalmente proposta por Bardin (1977).

4. ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 1 contém um demonstrativo da evocação dos conceitos estritamente relacionados à divulgação ambiental nos Relatórios Anuais de Sustentabilidades das empresas selecionadas, no período de 2009 a 2016.

Tabela 1: Evocação de conceitos relacionados à divulgação ambiental, no período de 2009 a 2016.

CONCEITO	EMPRESA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
	Braskem	8	65	71	29	44	71	48	34	370
Dogonzalzimonto	BRF	0	2	4	11	6	4	18	0	45
Desenvolvimento	Duratex	1	5	5	1	0	4	4	22	42
sustentável	Fibria	6	15	17	2	6	2	3	1	52
	Natura	22	14	0	26	9	8	4	5	88
	Subtotal	37	101	97	69	65	89	77	62	597
	Braskem	0	0	7	5	3	11	3	5	34
Impacto	BRF	4	2	4	2	4	3	6	0	25
Ambiental	Duratex	0	1	3	1	2	4	4	5	20
Ambientai	Fibria	6	6	13	3	1	4	1	0	34
	Natura	5	11	7	12	4	2	1	2	44
	Subtotal	15	20	34	23	14	24	15	12	157
	Braskem	12	0	60	61	32	77	33	34	309
	BRF	10	27	32	25	32	18	28	0	172
Meio Ambiente	Duratex	21	19	21	22	11	14	1	8	117
	Fibria	36	76	55	8	13	16	14	7	225
	Natura	20	11	14	19	4	5	2	1	76
	Subtotal	99	133	182	135	92	130	78	50	899
TOTAL GERAL		151	254	313	227	171	243	170	124	1653

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O conceito referente a Desenvolvimento Sustentável está em maior evidência na empresa Braskem. Quanto ao conceito de Impacto Ambiental, observa-se frequência relativamente baixa nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade de todas as empresas

amostradas, sem grandes disparidades entre elas. O conceito de Meio Ambiente é o que apresenta maior ocorrência, observando-se a maior heterogeneidade entre as empresas. De modo geral, as diferenças encontradas não se mostram significativas diante do fato de as empresas atuarem em ramos distintos (petroquímica, alimentícia, madeireira, papel e celulose e produtos de uso pessoal).

Foram selecionadas manualmente as palavras relacionadas à sustentabilidade nos relatórios das 5 empresas amostradas no período de 2009 a 2016. O resultado é mostrado na Tabela 2.

Tabela 2: Ocorrências das palavras relacionadas à sustentabilidade

	'abela 2: Ocorrências das palavras relacionadas à sustentabilidade							
N	PALAVRA	BRASKEM	BRF	DURATEX	FIBRIA	NATURA	TOTAL	
1	AMBIENTAIS	867	472	673	816	351	3179	
2	AMBIENTES	443	268	204	316	175	1406	
3	APROVEITAMENTO	35	12	35	46	44	172	
4	ARRENDAMENTOS	10	35	114	99	148	406	
5	BIODIVERSIDADE	70	74	94	272	205	715	
6	BIOLÓGICO / BIOMA	45	77	222	211	12	567	
7	BIOMASSA	18	27	65	96	11	217	
8	CONSCIENTIZAÇÃO	59	38	27	45	22	191	
9	CONSERVAÇÃO	35	55	118	293	70	571	
10	CRISE	35	19	19	45	17	135	
11	DERRAMAMENTOS	39	19	11	12	8	89	
12	DESAFIOS	157	94	56	119	63	489	
13	DESENVOLVIMENTO	1397	634	572	955	593	4151	
14	DANO	161	83	140	456	58	898	
15	ECOLOGICO	32	1	3	81	21	138	
16	ÉTICA	165	157	226	92	79	719	
17	EVOLUÇÃO	265	67	72	73	232	709	
18	FLORESTAS	73	35	773	2198	54	3133	
19	GOVERNANÇA	265	234	344	280	137	1260	
20	IMPACTO	518	512	429	618	400	2477	
21	INOVAÇÕES	328	278	164	231	478	1479	
22	NATURAIS	83	84	146	224	53	590	
23	NATUREZA	58	52	95	54	84	343	
24	NEGATIVOS	50	98	40	102	38	328	
25	PERIGOSOS	79	45	42	52	26	244	
26	PLANTIOS	30	8	58	410	9	515	
	PRESERVAÇÃO	85	78	99	121	28	411	
28		378	162	100	137	154	931	
	RECUPERAÇÃO	281	102	303	182	106	974	
30	RECURSOS	186	201	231	383	400	1401	
31	REDUÇÕES	573	586	430	499	304	2392	
	RENOVÁVEIS	370	135	105	136	55	801	
	RESÍDUOS	438	236	234	376	278	1562	
	1 277 4 4 4				2.0		Continua	

							Continua
34	RESPONSABILIDADES	409	255	337	325	116	1442
35	RESTAURAÇÃO	8	8	14	189	6	225
36	REUTILIZÁVEIS	56	32	102	56	21	267
37	RISCOS	391	561	801	630	627	3010
38	SEGURANÇA	706	338	274	308	180	1806
39	SOCIAIS	657	516	770	591	707	3241
40	SOCIEDADE	155	129	130	143	1484	2041
41	SOCIOAMBIENTAIS	288	81	145	229	162	905
42	SUSTENTABILIDADE	566	469	1380	1282	401	4098
43	SUSTENTÁVEIS	573	194	126	238	365	1496
44	TECNOLOGIAS	220	83	98	170	326	897
45	VALORIZAÇÃO	294	89	41	80	70	574
46	VERDE	288	113	23	69	36	529
	TOTAL GERAL	12239	7846	10485	14340	9214	54124

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Análise de Correlação por Postos, de Charles Edward Spearman, envolvendo as frequências das palavras relacionadas à sustentabilidade, observadas isoladamente, proporcionou os resultados mostrados na Tabela 3.

Tabela 3: Coeficientes de Correlação de Spearman entre as frequências das palavras relacionadas a

sustentabilidade e respectivos t de Student.

	BRASKEM	BRF	DURATEX	FIBRIA
	0,912			
BRF	t=14,75			
	0,677	0,760		
DURATEX	t =6,10	t =7,76		
	0,568	0,637	0,822	
FIBRIA	t=4,58	t =5,48	t =9,57	
	0,753	0,796	0,685	0,590
NATURA	t =7,59	t=8,72	t=6,24	t=4,85

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base nos valores da estatística **t** de Student, conclui-se que todos os coeficientes de correlação estimados apresentam nível de significância inferior a 0,1%. Dessa forma, a análise estatística mostrada na Tabela 3 traz evidência de que os conteúdos dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade das empresas analisadas são ainda altamente correlacionados. Vale dizer, a sustentabilidade, incluindo as palavras a ela relacionadas, é evocada pelas empresas de forma muito semelhante.

A evidência estatística anterior, quando rebatida no quadro da Teoria dos *Stakeholders*, indica que a percepção das empresas amostradas quanto ao ambiente externo é bastante homogênea e, provavelmente, elas percebem restritivamente o conjunto de interessados. Como consequência, a Responsabilidade Social Corporativa e, em particular, a Responsabilidade Ambiental Corporativa, que podem ser inferidas a partir dos conteúdos divulgados nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade, são muito semelhantes, muito embora as empresas industriais analisadas atuem em segmentos distintos (petroquímica, alimentícia, madeireira, papel e celulose e produtos de uso pessoal).

Tabela 4: Teste de Qui-quadrado entre as empresas.

EMPRESAS	BRASKEM	BRF	DURATEX	FIBRIA	NATURA	TOTAL
Qui-quadrado (calc.)	3.189,19	1206,45	1.783,40	4.647,36	5.917,33	16.743,72
Significância	,000	,000	,000	,000	,000	,000
Casos Válidos	46	46	46	46	46	46

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com os valores do teste de qui-quadrado conclui-se que é possível rejeitar a hipótese nula em todos os casos, sendo significativo a níveis inferiores a 0,1%. Dessa forma, a análise estatística mostrada na Tabela 4 traz evidência de que os conteúdos observados são diferentes das frequências esperadas, portanto existe diferença entre as frequências e associação entre os grupos.

Com o objetivo de reduzir a massa de dados envolvidos, foi realizada Análise de Componentes Principais sobre os postos representativos da importância das variáveis nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade. Os resultados indicaram que o primeiro componente representa, por si, 64,39% da variação total observada. Examinando as correlações das variáveis com o Componente Principal, constantes da Tabela 4, confirma-se que o conteúdo publicado, relativo à sustentabilidade não apresenta diferenças significativas entre os Relatórios Anuais de Sustentabilidade das empresas industriais analisadas.

Tabela 5: Matriz das correlações com o Componente Principal

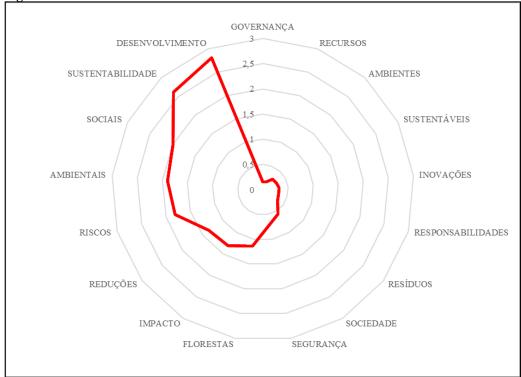
Empresas Industriais	Componente 1
BRASKEM	0,833
BRF	0,915
DURATEX	0,885
FIBRIA	0,721
NATURA	0,622

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dessa forma, a Tabela 5 ratifica a indicação apontada anteriormente de que os conteúdos divulgados pelas empresas industriais pesquisadas refletem visões muito semelhantes quanto ao ambiente externo e que, provavelmente, tais conteúdos são endereçados a uma variedade reduzida de segmentos interessados, que seriam virtualmente os mesmos, com exceção do conteúdo evidenciado pela Natura.

As palavras foram subdivididas de acordo com o escore calculado sobre o componente principal representativo da variação observada no conjunto das empresas. A Figura 1 traz uma visualização das palavras que apresentam escore positivo.

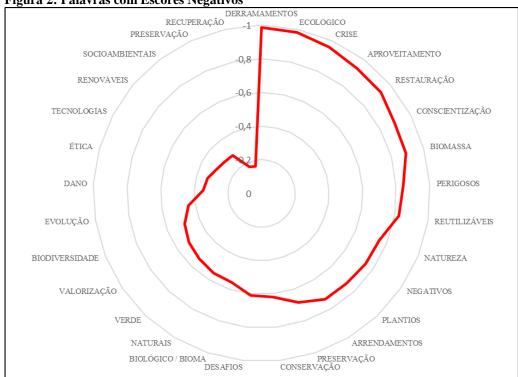
Figura 1: Palavras com Escores Positivos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Figura 2 evidencia os escores das palavras que apresentam escores negativos.





Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De modo geral, a análise dos escores das palavras está de acordo com o que se poderia esperar. A análise, porém, não abrange o contexto em que as palavras ocorreram nos textos e, por isso, não é possível se certificar quanto ao sentido em que foram utilizadas. Dessa forma, palavras com conotação contrária ao conceito de sustentabilidade podem aparecer com escore positivo e, ao contrário, palavras com sentido alinhado com sustentabilidade podem emergir com escore negativo.

Considerando as palavras com escores mais expressivos, tanto positivos quanto negativos, pode-se perceber que os conteúdos efetivamente se referem aos efeitos das operações das empresas sobre o Meio Ambiente e sobre a sustentabilidade e que procuram comunicar aos interessados uma postura de responsabilidade.

5. CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo, analisar o conteúdo de divulgação ambiental das empresas industriais participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial no período de 2009 a 2016, tomando como base a perspectiva da teoria dos *stakeholders*. A amostra correspondeu a cinco empresas do segmento industrial que divulgaram os Relatórios Anuais de Sustentabilidade em todos os anos do período analisado. Destaca-se a opção pela exclusão das empresas financeiras e de energia elétrica, estas sujeitas à legislação e regulamentação específicas. Todavia, *a priori*, a pesquisa indica que, por se tratar de uma divulgação voluntária, poucas evidenciam essas informações.

A partir da análise de conteúdo foram selecionadas as palavras que dizem respeito a aspectos referentes a sustentabilidade ambiental presentes nos relatórios. Os resultados indicam, a partir dos valores da estatística **t** de Student, que as informações evidenciadas nos Relatórios Anuais de Sustentabilidades possuem características altamente semelhantes, uma vez que, os coeficientes de correlação estimados apresentam nível de significância inferior a 0,1% (Tabela 3). Esse fato foi ratificado a partir da análise de componentes principais (Tabela 5) que evidenciou uma considerável homogeneidade entre as empresas nos conteúdos divulgados.

As evidências estatísticas encontradas indicam que embora as empresas divulguem as informações ambientais, elas buscam sintonia com a perspectiva dos *stakeholders*, conforme argumentam Levitt (1958), Carroll (1979) e Freeman (1984), pois notoriamente, observa-se que os relatórios estão atendendo às especificidades dos demais usuários da informação (clientes, fornecedores etc.) de cada segmento (Tabela 3 e 4). Há indicações de que a diversidade de segmentos em que as empresas pesquisadas atuam poderia ter produzido maiores diferenciações entre os relatórios não fossem elas submetidas a pressões de natureza semelhante pelos *stakeholders*.

A pesquisa, no sentido do objetivo proposto, procurou contribuir fornecendo novos indícios sobre as características de divulgação voluntária das empresas brasileiras, mais especificamente as informações provenientes dos relatórios de sustentabilidade. Porém, ressalta-se que os achados se limitam à amostra analisada.

Referências

ARGANDOÑA, Antonio. The stakeholder theory and the common good. **Journal of Business Ethics**, v. 17, n. 9-10, p. 1093-1102, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

B3. **Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISE),** 2018. Disponível em: < http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/ise-2018.htm > acesso em 19.04.2018

BRITO, B. M. B. **A reação do mercado acionário a eventos ambientais**. Dissertação (Mestrado em Administração) — Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**. v. 4, p. 497-505, 1979.

CINTRA, Y. C. MARTINS, E. De *stakeholder* a *shareholder*: a transição dos 'novos Capitalistas'. 1st South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro 2009. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Anais eletrônicos ...** CSEAR, I, 2009. Disponível: http://www.facc.ufrj.br/csear2009/12.pdf. Acesso: 16 de abr. de 2017.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**. v. 20, p. 65–91, 1995.

EPSTEIN, M. J. The Identification, Measurement, and Reporting of Corporate Social Impacts: Past, Present, and Future. **Advances in Environmental Accounting & Management**, v. 2, p.1 – 29, 2003.

FGV-EAESP, Fundação Getúlio Vargas e Centro de Estudos em Sustentabilidade. **Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISE),** 2015. Disponível em: < http://isebvmf.com.br/wikilinha-do-tempo-ise/?locale=pt-br> acesso em 19.04.2017

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: A stakeholder approach. Boston, MA: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. A stakeholder approach to strategic management. In: HITT, M.; FREEMAN, E.; HARRISON, J. **Handbook of strategic management**. Oxford: Blackwell Publishing, 2000. p. 189-207.

FRIEDMAN, Milton. **The social responsibility of business is to increase its profits**. The New York Times Magazine. New York: September 13, 1970.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Capitalismo e liberdade**. Editora Artenova, 1977.

GARRIGA, E. MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, v. 53, n.1-2, pp. 51-71, august, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; WALTERS, D. Accounting and the Environment. London: Paul Chapman, 1993.

GRAY, R., OWEN, D. ADAMS, C. **Accounting and Accountability:** changes and challenges in corporate social and environmental reporting, Harlow: Prentice Hall Europe, 1996.

GRAY K. R. Foreign direct investment and environmental impacts—Is the debate over? **Review of European Community and International Environmental Law**, v. 11, n.3, p. 306–313, 2002.

GRIFFIN, J. J. MAHON, J. F. The Corporate Social Performance and Corporate Financial Performance Debate. **Business and Society**, v. 36, n. 1, p. 5-31, 1997.

JENSEN, Michael. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective funcion. **Journal of Applied Corporate Finance**. New York, v. 14, n. 3, p. 8-21, 2001.

LEVITT, T. The dangers of social responsibility. **Harvard Business Review**. p. 41-50, 1958.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Business Ethics**, v. 75, p. 285-300, 2007.

REED, D. J. Stalking the Elusive Business Case for Corporate Sustainability. Washington: World Resources Institute, 2001.

SILVEIRA, A. M.; YOSHINAGA, C. M.; BORBA, P. R. F. Crítica à teoria dos *stakeholders* como função-objetivo corporativa. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, v. 12, n. 1, p. 33-42, 2005.

STEGER, U. **The Business of Sustainability**: building industry cases for corporate sustainability. Basingstoke: PalgraveMacmillan, 2004.

TINOCO, João Eduardo P.; KRAEMER, Maria Elizabeth P. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

WAJNBERG, D. **Sustentabilidade nos bancos brasileiros**: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e o desempenho financeiro corporativo. Concurso Itaú-Unibanco sustentabilidade, 2008. Universidade Federal do Rio de Janeiro 2008. Disponível: http://www.cra-rj.org.br/site/espaco_opiniao/arquivos/Artigo%20Daniel%20Wajnberg.pdf>. Acesso: 15 de abr. de 2018.